



### ESTADO DE MATO GROSSO

LEI Nº 2.364, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1 964.

Autor: Poder Executivo

ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1965.

# O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Estado de Mato Grosso - para o exercício de 1 965, aprovado por esta LEI, estima a RECEITA em 6\$ 10.317.830.200,00(dez bilhões trezentos e dezes sete milhões oitocentos e trinta mil e duzentos cruzeiros) e fixa a DESPESA em 6\$ 10.651.000.810,00 (dez bilhões seiscen - tos e cinquenta e hum milhões oitocentos e dez cruzeiros).

Artigo 2º - A Receita será constituida do produto da Arrecadação dos tributos, rendas e outros recursos, na forma da legislação em vigor e em conformidade com a seguinte estimativa:

## I) RECEITAS CORRENTES

- I) Receita Tributária 10.135.100.000.00
- II) Receits Patrimonial 95.000.000,00
- III) Receita Industrial 6.700.000,00
- Transferências Correntes 30.530.000,00 10.267.330.000,00
- 2) <u>RECEITAS DE CAPITAL</u> 50.500.200,00 TOTAL DA RECEITA €\$ 10.317.830.200,00

Artigo 3º - A Despesa será realizada de acôrdo com os quadros analíticos, conforme a seguinte discriminação geral :

### PODER LEGISLATIVO

Assembléia Legislativa 266.980.000,00

Assessoria Técnica Legisla

tiva / 7.550.000,00

Secretaria da Assembléia Le gislativa - 107.140.000,00 381.670.000,00

Tribunal de Contas 41.121.800,00

7

# PODER JUDICIÁRIO

PODER EXECUTIVO

Govêrno do Estado 108,961,920,00

Secretaria do Interior, Jus 4.703.667.732,40 tiça e Finanças

Secretaria da Agricultura, Indústria, Comercio, Viação e Obras Públicas

2.446.924.157,60

Secretaria de Educação Cultura e Saúde

2.720.927.600,00

9.980.481.410,00

247.727.600,00

TOTAL DA DESPESA @\$ 10.651.000.810,00

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir Créditos Suplementares que se fizerem necessá rios no segundo semestre do exercício até o limite de 50% ( cin quenta por cento) das dotações constantes do orçamento.

II- A proceder a cobrança das Taxas do Fundo de Eletrificação do Estado, de Publicidade, de Planejamento, do Fundeprim (Fundação Educacional do Estado de Mato Grosso) e a contribuição da Loteria, criadas pelas Leis ns.1 318 de 7/12/59; 923 de 13/ 11/56; 148 de 4/10/48; 363 de 23/12/53 e 2 051-A de 3/12/63 res pectivamente, e aplica-las de conformidade com as mesmas Leis.

Artigo 5º - As dotações correspondentes às rubricas pro prias da Receita somente serão utilizadas à medida que se reali zar a respectiva arrecadação.

Artigo 6º - Serão expedidas pelo Chefe do Poder Executi vo, as tabelas explicativas das dotações de Vencimentos, sôldos e gratificações e as interpretativas das consignações orçamentá rias, de acôrdo com a Lei .

Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1 965, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 5 de dezembro de 1 964, 143º da Independência e 76º da República.